



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

73ª REUNIÃO ORDINÁRIA

07 e 08 DE ABRIL DE 2011

ATA

1 Às nove horas do sétimo dia do mês de abril de dois mil e onze, no Auditório do
2 Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em
3 Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
4 Deficiência/CONADE, para sua 73ª Reunião Ordinária, sob a Presidência do Sr.
5 Moisés Bauer Luiz. **Estiveram Presentes os Conselheiros Governamentais**
6 **Titulares:** Sra. Milena Souto Maior de Medeiros, Representante da Casa Civil da
7 Presidência da República; Sra. Magda Hennes, Representante do Ministério das
8 Cidades/MCidades; Sr. Joiran Medeiros da Silva, Representante do Ministério da
9 Educação/MEC; Sr. Rivaldo Araújo da Silva, Representante do Ministério do
10 Esporte/ME; Sra. Maria das Graças Fontes, Representante do Ministério do
11 Turismo/MTur; Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, Representante do Ministério
12 dos Transportes/MT; Sra. Thais Borges da S. P. Werneck, Representante do
13 Ministério da Cultura; Sra. Liliane Garcez, Representante do Ministério da
14 Educação/MEC; Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira, Representante da
15 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Thays de Souza
16 Nogueira, Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência
17 da República; Sra. Patrícia de Brito Ávila, Representante do Ministério das
18 Comunicações; Sr. Evangel Vale dos Santos Júnior, Representante dos Conselhos
19 Estaduais; Sr. Ricardo de Oliveira Pedroso, Representante dos Conselhos
20 Municipais. **Os Conselheiros Governamentais Suplentes:** Sra. Aline Camila
21 Romão Mesquita, Representante do Ministério da Cultura/MinC; Sr. Raimundo
22 Nonato Lopes de Sousa, Representante do Ministério da Previdência Social/MPS;
23 Sra. Ana Paula Crossara, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da
24 Presidência da República. **Os Conselheiros Não-Governamentais Titulares:** Sr.
25 Moisés Bauer Luiz, Representante da Organização Nacional dos Cegos do
26 Brasil/ONCB; Sra. Janaina Carneiro Costa Menezes, Representante da Associação

27 Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e
28 Pessoas com Deficiência/AMPID; Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da
29 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco
30 do Brasil e da Comunidade; Sr. José Antônio Ferreira Freire, Representante da
31 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais; Sra. Valdenora da Cruz
32 Rodrigues, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas
33 pela Hanseníase/MORHAN; Sr. Janilton Fernandes Lima, Representante da
34 Confederação Nacional do Comércio/CNC; Sr. Isaías Dias, Representante da
35 Central Única dos Trabalhadores; Sr. José Alcides Marton da Silva, Representante
36 da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal
37 Credenciados/UNISERT; Sra. Nadja Gilheuca da Silva Dutra, Representante do
38 Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/CONFEA; Sr. Joaquim
39 Santana Neto, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; Sr. Adnilson
40 Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs/FENAPAE;
41 Sra. Ester Alves Pacheco Henriques, Representante da Federação Nacional das
42 Sociedades Pestalozzi/FENASP; Sra. Vilma de Carvalho Sestaro, Representante da
43 Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down/FBASD; Sr. Domingos
44 João Montagna, Representante da Federação das Fraternidades Cristãs de Doentes
45 e Deficientes do Brasil/FCD/BR; Sra. Cleomar Martins de Lima, Representante da
46 Associação Brasileira de Autismo/ABRA; Sr. José Carlos de Oliveira, Representante
47 da Federação Nacional de Educação Integração de Surdos/FENEIS. **Os**
48 **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sr. Luíz Cláudio Pontes da Silva,
49 Representante da Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas; Se.
50 Edvaldo Souza Santos, Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT; Sr.
51 Erivaldo Fernandes Neto, Representante da Federação nacional das
52 APAEs/FENAPAE; Sr. Humberto Floriano Mendes, Representante da Federação das
53 Associações de Renais e Transplantados do Brasil/FARBRA; Sr. Marcos Antônio
54 Gonçalves, Representante da Federação Nacional das AVAPES/FENAVAPE; Sra.
55 Glauciane Costa Santana, Representante da Federação Brasileira das Associações
56 de Síndrome de Down/FBASD.

57

58 **DIA 07 DE ABRIL DE 2011**

59

60 **Abertura.** Verificado quórum por meio de chamada oral, o Sr. Moisés Bauer Muniz
61 iniciou a reunião realizando a leitura e aprovação da proposta de pauta. Em seguida
62 o presidente deu ciência ao Conselho da eleição das coordenações das Comissões,

63 ocorrida no dia anterior àquele, passando à seguinte composição de coordenadores:
64 Comissão de Atos Normativos a conselheira Janaina Carneiro Costa Menezes, que
65 passou também a integrar a presidência ampliada da gestão biênio 2011/2012. Na
66 Comissão de Comunicação Social, conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné,
67 reconduzido. Na Comissão de Articulação de Conselhos, o Conselheiro Evangel
68 Vale dos Santos Júnior. Na Comissão de Políticas Públicas, o Conselheiro Adnilson
69 Marins dos Santos. E por fim, na Comissão de Orçamento e Finanças, a Conselheira
70 Rosângela da Silva Santos, também reconduzida ao cargo de coordenadora exercia
71 na gestão anterior. Na sequência esclareceu que aqueles seriam também membros
72 da Comissão Ampliada, visto que esta era composta pelo presidente e vice-
73 presidente do Conselho e pelos coordenadores das Comissões Permanentes.
74 Informou ainda que em reunião da presidência ampliada também no dia anterior foi
75 acordado que as reuniões plenárias do CONADE, seria composta por três
76 representantes da presidência ampliada e haveria um revezamento entre esses
77 representantes, de modo que sempre teriam três representantes na condução dos
78 trabalhos. Visando melhor transparência nos trabalhos o conselheiro Márcio de
79 Castro Aguiar sugeriu que a presidência ampliada criasse uma espécie de relatório
80 de suas deliberações e apresentasse ao Conselho. O presidente Moisés Bauer Luiz
81 esclareceu que aquela já era uma prática no CONADE e assim que vencessem a
82 pauta de relatórios das Comissões permanentes e presidência ampliada também
83 faria o seu relato. Ainda assim o conselheiro Márcio de Castro Aguiar insistiu que os
84 informes da presidência viessem por escrito e antes dos informes das Comissões. O
85 Presidente Moisés Bauer Luiz ponderou que a Presidência Ampliada estudaria a
86 possibilidade de viabilização do pedido do conselheiro. Em seguida solicitou ao
87 conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné que lesse a proposta de pauta da
88 presidência ampliada para aquela Plenária. Após Leitura o presidente questionou se
89 haveria proposta de inclusão ou supressão na pauta. A conselheira Rosângela da
90 Silva Santos sugeriu que o CONADE elaborasse uma nota à imprensa, através dos
91 canais de comunicação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
92 República sobre a preocupação da Secretaria quanto a uma posição do Ministério
93 da Saúde frente a denúncias veiculadas na imprensa, especificamente no programa
94 Globo Repórter e Domingo Espetacular, da Rede Globo e Rede Record
95 respectivamente, e posteriormente todos os dias em outros canais de televisão
96 sobre o tratamento desumano que as pessoas estavam recebendo nas unidades
97 públicas de saúde do país. E a discussão sobre o tema foi incluído como primeiro
98 item de pauta sem manifestações contrárias. **Proposta de Nota do CONADE.** O

99 presidente sugeriu que a proposta teria que conter a inconformidade, preocupação
100 com as notícias veiculadas a respeito do atendimento pela saúde pública no nosso
101 país em alguns serviços nos temas apresentados pelo jornal Globo Repórter, na
102 última sexta-feira, dia 1º de abril. E reproduzida no Domingo Espetacular, no último
103 domingo, 13 de abril de 2011. Colocada a proposta esta foi aprovada por
104 unanimidade seria elaborada pela conselheira Rosângela da Silva Santos que
105 apresentaria posteriormente à Plenária. **Apresentação do trabalho de**
106 **reformulação do site da secretaria e do próprio CONADE.** O Sr. Humberto Lippo
107 informou que a reformulação do site da Secretaria Nacional de Promoção dos
108 Direitos da Pessoa com Deficiência estava em andamento. Esclareceu que o site
109 possuía uma série de características do ponto de vista de acessibilidade e de outras
110 questões que foram colocadas como referência no Governo Federal, e seria o
111 primeiro site totalmente acessível do Governo Federal, inclusive, em parceria com o
112 governo eletrônico como referência para que o conjunto do governo a partir disso
113 fizesse as devidas adequações. Informou que o lançamento do site estava previsto
114 para maio do corrente ano. Sugeriu que o CONADE opinasse no sentido de
115 qualificar e aprimorar o site. O Sr. Efeso agradeceu a disponibilidade do Conselho e
116 iniciou sua fala explicando um pouco do que era acessibilidade digital. Informou que
117 Acessibilidade da web significava que qualquer pessoa, utilizando qualquer tipo de
118 tecnologia de navegação, navegadores gráficos, textuais e especiais para sistema
119 de computação móvel fosse capaz de visitar e interagir com qualquer site,
120 compreendendo inteiramente as informações nela apresentadas. E, com a
121 experiência que ele mesmo possuía em relação à acessibilidade na web, e com
122 alguns amigos, foi formado o site da acessibilidade na internet. Ponderou que todos
123 que o chamavam para fazer sites acessíveis achavam que acessibilidade digital era
124 somente para cegos e o conceito precisava ser mudado e ainda que a temática era
125 cheia de mitos que precisavam ser esclarecidos. Elencou alguns: Na prática o
126 número de usuários beneficiados com acessibilidade é relativamente muito pequeno;
127 “Fazer um site acessível demora e custa caro; É melhor fazer uma página especial
128 para deficientes visuais; Um site acessível a deficientes visuais não é bonito;
129 Fazemos o site, depois fazemos acessibilidade; A gente sabe o que é bom para o
130 usuário”. Informou que estudando acessibilidade a fundo, pegando todas as
131 tecnologias, criando tendências, criou a tríade da acessibilidade, a tríade do poder.
132 Informou que o site de acessibilidade da SDH seguia o último nível de acessibilidade
133 as normas da WCAG, que era o órgão regulamentador e a W3C que era o órgão que
134 regulamentava as regras de desenvolvimento de páginas web. O Sr. Israel

135 apresentou o layout do novo site, diferenciando apenas do layout padrão da
136 Presidência da República porque oferecia acessibilidade. Ressaltou que o layout foi
137 pensado com o intuito de atender de forma global a todas as necessidades com
138 relação ao acesso na Web. Por derradeiro, devido ao tempo e a pauta extensa do
139 CONADE ponderou que não poderia se prolongar naquela apresentação, mas ficava
140 à disposição na sala da SNPД para esclarecer qualquer dúvida com relação à
141 acessibilidade. O conselheiro Evangel do Vale Santos Junior demonstrou
142 preocupação, pois, não houve apresentação do conteúdo do site. Informou que
143 Inclusive, que no dia anterior, na reunião de comissão foi pautada discussão sobre
144 uma ferramenta que estava no site da CORDE de cadastramento de conselhos onde
145 a Comissão apresentaria uma proposta para que fizesse parte do site do CONADE.
146 O CONSELHEIRO Roberto Paulo do Vale Tiné solicitou ao Sr. Humberto Lippo o
147 envio à Comissão de Comunicação Social do projeto da página do CONADE, para
148 que pudessem avaliar, verificar e fazer algumas sugestões. **Informe sobre o**
149 **Relatório da ONU.** O Sr. Humberto Conceição Lippo Pinheiro informou que estava
150 disponibilizando o Relatório de Monitoramento da Implementação da Convenção dos
151 Direitos da Pessoa com Deficiência, que era um relatório de governo, porém, na
152 consulta pública ficaria no ar no site do Governo Eletrônico, na sequência seria
153 informado o endereço. Informou que a consulta estaria aberta por dois meses à
154 contribuições do conjunto da sociedade, tanto de entidades, quanto de pessoas,
155 individualmente, que quisessem tecer comentários, sugestões, críticas a respeito do
156 relatório. Ponderou que todas as contribuições recebidas constariam de um anexo
157 que o Governo do Brasil enviaria à ONU, portanto, todas seriam contempladas no
158 relatório. Em seguida passou a palavra ao Sr. Fernando Ribeiro, assessor da
159 SNPД/SDH/PR que trabalhou na elaboração do texto, em todas as articulações com
160 o Ministério do Planejamento para que pudesse ser colocado no ar. O Sr. Fernando
161 Ribeiro cumprimentou a todos e iniciou distribuindo um CD em formato acessível ao
162 presidente do CONADE e a todos os membros presentes do relatório da ONU.
163 Esclareceu que desde o final do ano de 2010 tentavam publicar o relatório conforme
164 cronograma acordado com a própria ONU, porém por problemas burocráticos não
165 havia ocorrido ainda. Em tentativa de lançamento no dia 28 de fevereiro de 2011 um
166 outro problema, dessa vez de ordem estrutural do documento, impediu novamente o
167 lançamento do relatório. Esclareceu que houve problema de formatação e
168 alinhamento e descrição dos gráficos e tabelas contidas no documento. Optou-se,
169 no entanto, por fazer uma entrega simbólica, porém, quando já se trabalhava no
170 ajuste das tabelas chegou uma convocação da secretaria executiva da Secretaria de

171 Direitos Humanos da Presidência da República solicitando que a leitura do relatório
172 fosse feita antes da consulta pública, contrariamente à delegação gestão anterior,
173 por isso estavam desautorizados a socializar o relatório, pois essa leitura antecipada
174 implicaria em sugestões e solicitações de ajuste de texto. O que aconteceu após a
175 leitura. De posse das sugestões, que foram feitas através da leitura antecipada do
176 relatório foi retificado o relatório com os encaminhamentos da cúpula. Informou ainda
177 que por opção, pela questão de espaço e de que no final das contas todos os dados
178 teriam que estar contidos no relatório através de tabelas e gráficos, os mesmos
179 foram eliminados e transformados em texto. Na sequência o Sr. Fernando Ribeiro
180 fez um desenho do que era o novo relatório, após tantas modificações. Informou que
181 o relatório era composto de duas partes. Uma parte chamada Relatório Geral e outra
182 parte chamada Relatório Específico. O Relatório Específico continha análise de cada
183 artigo. Solicitou que os conselheiros lessem, analisassem, discutissem e
184 encaminhassem sugestões e contribuições. E o Relatório Geral fazia um balanço
185 onde no primeiro trazia informações gerais que contextualizam o Brasil, sua
186 dimensão, população, dados relevantes com relação a Produto Interno Bruto/PIB e
187 Índice de Desenvolvimento Urbano/IDH, evolução da questão da inclusão social no
188 país, em seguida uma apreciação breve sobre o marco de defesa de direitos
189 humanos das pessoas com deficiência no Brasil. Uma informação mais aprofundada
190 sobre o sistema de recursos e remédios jurídicos para fazer valer e proteger direitos.
191 Destacou que para aprofundar o marco de promoção dos direitos com foi nos
192 direitos humanos das pessoas com deficiência foi inserido o Plano Nacional de
193 Direitos Humanos-3 em tudo aquilo que dizia respeito às metas, aos objetivos e
194 ações voltadas para as pessoas com deficiência. Em seguida informou que houve
195 explicitação de dois grandes sistemas no relatório, o Sistema Único de Saúde e o
196 Sistema Único de Assistência Social, considerando muito importante o
197 aprofundamento pela sua complexidade, ao mesmo tempo pela universalidade
198 porque eram sistemas basilares de apoio à garantia de direitos sociais das pessoas
199 com deficiência. Por derradeiro, relatou que o fechamento da apresentação do
200 relatório continha o Plano Brasil 22, que era um plano gestado com a participação de
201 todos os órgãos do Governo, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, visando
202 metas de cumprimento e desenvolvimento de direitos no Brasil quando o país
203 completasse 200 anos de independência, em 2022. Ressaltou que no Plano Brasil
204 22 foram destacados todas as metas, objetivos e principais eixos focados na
205 promoção dos direitos da pessoa com deficiência. Reiterou que o relatório ficaria a
206 disposições para que todos lessem, avaliassem e dessem contribuições. Informou

207 que a consulta pública seria iniciada no dia seguinte àquele e estaria disponível no
208 site do Governo Eletrônico ou no site da Secretaria de Direitos Humanos que
209 disponibilizou um link que remetia diretamente ao sítio do Governo Eletrônico,
210 porém, de qualquer maneira os conselheiros estavam recebendo o relatório e a
211 Comunicação da Secretaria enviaria orientações sobre o acesso. Explicou que as
212 pessoas fariam seu cadastro para a consulta pública e teria após cadastramento a
213 uma ferramenta formulário que permitia registro de informações, contribuições e
214 sugestões quantas vezes o cadastrado desejasse. Informou ainda que a consulta
215 pública teria duração de 60 dias, ocorreria até o dia 07 de junho de 2011. Ressaltou
216 que procuraram disponibilizar todas as formas de acesso das pessoas ao relatório
217 através de internet, carta, fax, entre outros. Finalizando despediu-se de todos e
218 colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos. Após aberta a palavra para
219 manifestações, o conselheiro Carlos Eduardo Ferrari elogiou o trabalho apresentado
220 e falou de sua alegria em poder ver dentre os pilares debatidos no do documento, a
221 perspectiva de ter dentro do Sistema Único de Assistência Social o trabalho
222 licenciado na defesa de direitos. Enfatizou que o material seria muito rico para
223 subsidiar também os debates na entidade que ele representava no Conselho,
224 principalmente no que se referia ao segmento das pessoas com deficiência. O
225 presidente Moisés Bauer Luiz sugeriu à Plenária que referendassem as
226 contribuições do relatório na Plenária do dia 07 de junho de 2011 e questionou ao
227 Sr. Fernando Ribeiro se haveria prejuízo. O Sr. Fernando Ribeiro lembrou que o dia
228 07.06.2011 era apenas uma referência para que se pudesse, a partir das
229 contribuições, fazer o trabalho de sistematização do relatório. O presidente colocou
230 em votação em seguida a deliberação de que o CONADE faria uma análise e uma
231 manifestação institucional a respeito do relatório apresentado pelo Governo
232 Brasileiro e foi acatado por unanimidade. Em seguida, o presidente Moisés Bauer
233 Luiz informou que prevendo a aceitação daquela deliberação a presidência
234 ampliada, na reunião do dia anterior levara para aquela Plenária uma proposta de
235 dinâmica para estudo e análise do relatório e da elaboração da manifestação que,
236 evidentemente, seria referendada na reunião Plenária do dia 07 de junho de 2011.
237 Esclareceu que a dinâmica seria no sentido de montarem um Grupo de Trabalho
238 com sete integrantes, onde todos seriam da sociedade civil, visto que havia
239 manifestação do Governo no próprio relatório e esses sete integrantes seriam
240 escolhidos pela plenária com apenas um critério, uma vaga seria destinada à
241 deficiência visual, uma vaga para deficiência auditiva, uma vaga para deficiência
242 intelectual e uma vaga para deficiência física e a três restantes divididas entre a

243 sociedade civil. Informou ainda que o GT não seria possível ainda dinamizar a
244 questão das reuniões, visto que isso dependia de viabilidade orçamentária da
245 SDH/PR. O Conselheiro Márcio de Castro Aguiar sugeriu um oitavo membro,
246 representante dos Conselhos Estaduais e Municipais, visto que apesar de
247 representante governamental no CONADE, realizava atividades de controle social. O
248 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné ponderou que todos haviam recebido o
249 documento em formato acessível e independente da metodologia poderia utilizar-se
250 desse documento para produzir o parecer e contribuir com o GT. Na sequência o
251 presidente Moisés Luiz Bauer questionou à plenária se havia objeção quanto incluir
252 no GT mais uma representação, Conselhos Estaduais e Municipais e foi aprovada
253 por unanimidade a proposta de composição de oito representações. Com a seguinte
254 formação : Na Área de Deficiências Visuais, Moisés; Área de Deficiência Auditiva a
255 FENEIS; Na Área de Deficiência Intelectual, FENAVAPE, com o Adnilson; Na Área
256 de Deficiência Física, FCD; Conselho Municipal e as três entidades, APABB,
257 MORHAN e CUT para completar os oito integrantes do GT. Finalizado este ponto de
258 pauta, o presidente Moisés Bauer Luiz passou ao ponto de pauta seguinte. **Posição**
259 **do CONADE sobre a Regulamentação da Convenção.** O Sr. Ricardo Tadeu
260 Marques da Fonseca, ponderou que era necessário que não tivessem um mero
261 estatuto, que era fundamental que tivessem um Código de Defesa da Pessoa com
262 Deficiência, pois tecnicamente estatuto e código era a mesma coisa, a questão era
263 tão transversal, envolvia tantos pontos inerentes à pessoa com deficiência, que a
264 própria Convenção da ONU não acarretava inovação de direitos, ela acarretava
265 inovação de conceito, inovação política, reforma, revolução constitucional tão radical
266 que afetava todas as áreas da sociedade civil, inclusive, os direitos fundamentais.
267 Esclareceu que código era um bloco, uma consolidação sistematizada de leis com
268 vários artigos, era dividido em partes, capítulos, artigos, parágrafos, incisos,
269 ordenados de forma juridicamente coesa e que sua finalidade era concentrar toda a
270 legislação sobre um assunto para facilitar a aplicação da lei pelos juízes e para que
271 os cidadãos conhecessem a lei. Então, um código era uma lei que tinha um status
272 jurídico mais orgânico, mais técnico, cuja finalidade, na hipótese, seria a de dar
273 eficácia à Convenção. Ressaltou que a Convenção da ONU era uma lei e a
274 Constituição jamais precisaria regulamentá-la. Todavia, esta inovação constitucional
275 trouxe uma revolução de tal monta que o projeto que hora tramita como votação no
276 Senado e que estava parado na Câmara dos Deputados se tornou inadequado e
277 não foi recepcionado pela nova ordem jurídica, bem ou mal o projeto já foi uma
278 manifestação de vontade do Poder Legislativo Brasileiro que era soberano.

279 Destacou que o CONADE não tinha competência funcional mais para deliberar se
280 sobre se teriam ou não um estatuto ou um código porque essa foi uma questão
281 delegada ao órgão soberano do movimento que era a conferência, por isso,
282 particularmente, era uma questão superada, o que se precisava fazer era um
283 substitutivo na Câmara que reescrevesse o que estava em andamento lá, porque ele
284 era inconstitucional, era preciso refazê-lo integralmente. Ressaltou que sequer os
285 livros que publicavam a constituição constavam o texto da Convenção da ONU e que
286 a Legislação das Pessoas com Deficiências era por demais frágil, esparsa, sem
287 coercitividade. Em seguida lembrou que propôs ao Congresso Nacional a construção
288 de uma comissão de especialistas, sendo juristas e membros da sociedade civil
289 qualificados tecnicamente para escrever o mencionado substitutivo. Por fim,
290 ponderou que aquela era uma opinião dele, porém se o CONADE decidisse que
291 devia votar contra o estatuto era um direito dele, mas, do seu ponto de vista, do
292 ponto de vista jurídico a questão era institucional e do Estado Democrático de
293 Direito. O Sr. Humberto Conceição Lippo Pinheiro reiterou as palavras do Sr. Sr.
294 Ricardo Tadeu Marques da Fonseca concordando plenamente com tudo que foi
295 colocado, principalmente na elaboração do substitutivo que possibilitasse o avanço
296 das questões. O conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné lembrou que em reunião
297 com a Comissão de Comissão Social fez discussões a respeito da verificação com
298 editoras dos casos em que a Constituição Brasileira era publicada sem fazer menção
299 à Convenção da ONU e que isso seria apresentado na ocasião da relatoria da
300 Comissão naquela Plenária. Informou que com relação ao livro recebido pelo
301 CONADE no dia anterior, intitulado Legislação da Pessoa Portadora de Deficiência,
302 editado pela Câmara Federal foram verificados dois erros, um no próprio título,
303 “Pessoa Portadora de Deficiência. E o outro é que ele colocava toda a legislação
304 com a Constituição, também, em primeiro lugar, sem mencionar a Convenção da
305 ONU. A própria Comissão da Câmara que aprovou incorporação da Convenção
306 como emenda constitucional, não considerou isso em seu livro. Esclareceu o
307 processo de análise seria aberto na Comissão e, em seguida, tanto as editoras,
308 quanto a câmara receberiam uma notificação do que fosse decidido em Plenária
309 sobre a questão. O Sr. Evangel Vale dos Santos Júnior, destacou que era muito
310 importante que se lembrassem da questão acessibilidade de informação. O
311 conselheiro Isaías Dias enfatizou que sobre a questão do Projeto do Estatuto,
312 mesmo que ele já tivesse sido decidido, mesmo que já tivesse na primeira
313 conferência sido aprovado, os movimentos sociais eram contra a questão do
314 estatuto e dentro do CONADE tinha uma parte desse movimento social, que tinha

315 posições também contrárias ao estatuto. Em seguida o Sr. Ricardo Tadeu Marques
316 da Fonseca pediu a palavra para divergir das colocações do conselheiro Isaías Dias.
317 Ponderou que democracia era pressuposto de respeito às instituições e
318 pressupunha acatamento a deliberações de órgãos legitimados para tanto. Então
319 assim, era democrática a insurgência. Destacou que era natural que as pessoas não
320 se convencessem, mas havia que acatar deliberações de órgãos que detinham
321 legitimidade. Lembrou que o Congresso votou, e a 1ª e 2ª conferências deliberaram
322 pró-estatuto e elas tinham soberania e refletiam a dinâmica de interação dos
323 conselhos. O conselheiro Isaías Dias replicou dizendo que falava no sentido de
324 mobilização contra a aprovação. Não antes disso. A conselheira Laís Vanessa
325 Carvalho de Figueiredo Lopes, observou que não se tinha oposição à criação de leis
326 que pudessem aperfeiçoar os direitos das pessoas com deficiência. E, nesse
327 sentido, não seria necessária uma lei que regulamentasse a Convenção, porque a
328 Convenção era auto aplicável, mas existiam questões que de fato precisavam ser
329 colocadas numa legislação ordinária, e que, para isso, seria necessário em algum
330 momento que o Congresso resolvesse a questão Medida Provisória que trancava a
331 pauta, o Projeto de Lei da Pessoa com Deficiência. O presidente Moisés Bauer Luiz
332 finalizou o debate reiterando e adequando a proposta do Sr. Ricardo Tadeu Marques
333 da Fonseca de que o que o CONADE se posicionasse favorável e que aproveitasse
334 a tramitação do PL 7699, para nele ser oferecido uma proposta de substitutivo que
335 seria elaborado por uma comissão de especialistas, congregando juristas e
336 militantes da sociedade civil, com acompanhamento do CONADE. E que o resultado
337 do trabalho dessa comissão fosse dado conhecimento de todos. Em seguida
338 solicitou a Sra. Márcia lesse o texto da proposta que continha o seguinte teor: O
339 *CONADE apoia a iniciativa da Frente Parlamentar do Congresso Nacional, em*
340 *defesa da pessoa com deficiência e outras, de oferecer uma proposta de substitutivo*
341 *ao PL 7699 a ser elaborado por Comissão de Especialistas, envolvendo juristas e*
342 *militantes da sociedade civil, estabelecendo como condição sinequanon que o*
343 *projeto possibilite a eficácia plena da Convenção sobre Direitos da Pessoa com*
344 *Deficiência, sem acarretar qualquer retrocesso em relação aos direitos já*
345 *conquistados em articulação com o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas*
346 *com Deficiência/CONADE. E foi aprovado por unanimidade. **Apresentação da***
347 **proposta orçamentária da SNPD.** O Sr. Gleison Cardoso Rubin informou que havia
348 preparado para aquela reunião uma visão, ainda que bastante gerencial, do contexto
349 orçamentário em que estava a inserida a Secretaria de Direitos Humanos no ano de
350 2011 para que ficasse claro as medidas de contingenciamento a que a SDH/PR foi

351 submetida. Esclareceu que eram medidas que, naquele momento estavam sendo
352 aplicadas a todos os órgãos da Administração Pública Federal. Lembrou que
353 durante todo o mês de janeiro de 2011 e boa parte do mês de fevereiro houve a
354 expectativa de quanto significaria em termos orçamentários a redução de gastos
355 públicos. No dia 28 de fevereiro de 2011, houve a publicação de dois decretos. Um
356 deles definindo um corte de R\$ 50 bilhões de reais no orçamento da União e esse
357 corte seria distribuído também entre os Ministérios. O outro onde o Governo ainda
358 definiu um limite para alguns gastos, em particular, as despesas com passagens de
359 diárias e locomoção, estabelecendo que no ano de 2011 nenhum órgão ou entidade
360 do Poder Executivo poderia gastar mais do que o equivalente a 50% daquilo que
361 gastou no ano de 2010. Esclareceu que quando o orçamento era aprovado no início
362 de cada ano não ficava estabelecido quanto de dinheiro seria gasto em passagens e
363 diárias. Tinha um orçamento global para despesas correntes, despesas de custeio e
364 o órgão que programava, ao longo do ano, aquilo que ele precisava para passagens
365 e diárias. Ponderou que também compunha o contexto uma situação de controle
366 cada vez mais amplo e efetivo por parte do Tribunal de Contas da União, por parte
367 do Ministério Público, por parte dos órgãos de auditoria e também por parte da
368 sociedade civil, que a cada ano se validava mais dos instrumentos como o Portal de
369 Transparência que disponibilizava a cada cidadão os gastos que eram lançados no
370 Portal em tempo real. Reforçou o acórdão 810 que estabeleceu uma série de
371 restrições e um dos itens que mais causou dificuldades foi a limitação imposta à
372 secretaria de celebrar convênios com entidades da sociedade civil, que possuísem
373 no seu quadro de dirigentes pessoas que, também, participavam dos órgãos
374 colegiados, principalmente aqueles de caráter deliberativo da Secretaria de Direitos
375 Humanos o que demonstrava que a atuação acabava sendo também condicionada
376 pelos parâmetros que iam sendo colocados pelos órgãos de controle. Ressaltou que
377 a secretaria no ano de 2011 havia passado por duas auditorias o que reafirmava a
378 importância do trabalho nos estritos limites da legalidade e publicidade. Informou
379 ainda que no ano corrente, além de todas aquelas limitações provenientes dos
380 órgãos de controle e do próprio cenário macroeconômico, ainda passavam por uma
381 limitação para algumas despesas específicas como aluguéis de veículos e de
382 imóveis, locação de máquinas e equipamentos, entre outros que poderia afetar,
383 inclusive, nos planos de organização de um espaço físico mais apropriado para as
384 reuniões dos órgãos colegiados. Esclareceu que o orçamento total da Secretaria
385 para o ano de 2011 era de R\$ 228.000.00,00 e o valor do corte de R\$
386 22.000.000,00, que correspondiam a 9,73% do orçamento da SDH/PR, o que em

387 sua opinião não era um corte que poderia levar comprometimento significativo às
388 ações da Secretaria. Destacou que em reuniões internas a respeito da questão
389 procuraram preservar do corte aquelas ações cuja interrupção traria prejuízos
390 imediatos ou até mesmo risco a integridade ou à vida da pessoa humana. As ações
391 de apoio aos conselhos, na medida do possível, tentou-se preservar canalizando o
392 corte para aquelas ações de caráter mais eletivo, aquilo que poderia ser realizado
393 apenas com uma reprogramação de metas. Informou que o gabinete da ministra
394 teve um corte de aproximadamente R\$ 4.600.000,00, o que correspondia a 20,3%
395 do orçamento do Gabinete da Ministra e a 21,1% de tudo aquilo que a secretaria
396 teve que cortar. A Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
397 teve um corte de R\$ 9.400.000,00, 410, correspondendo a 15,3% de toda sua
398 dotação, ainda contribuindo com pouco mais de 42% de tudo aquilo que a secretaria
399 teve que cortar. Na área de crianças e adolescentes o corte foi de R\$ 7.057.000,00,
400 correspondente a 14,4% do orçamento, contribuindo com 34,2% do corte da
401 secretaria. E a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com
402 Deficiência o corte foi de R\$ 495.000,00, correspondendo a 5,9% do orçamento da
403 Secretaria e contribuindo, também, com 2,2% do total do corte. No tocante aos
404 cortes com passagens e diárias, classificou a questão como preocupante pois, nesse
405 aspecto a Secretaria não teve nenhum tratamento diferenciado daquilo que foi
406 estabelecido para os outros órgãos. Foi definido um corte de 50% daquilo que a
407 secretaria gastou no ano de 2010, esse corte, poderia inviabilizar as ações da
408 secretaria. Assim, a Secretaria de Direitos Humanos pela natureza do seu trabalho,
409 era uma secretaria eminentemente de articulação, de mobilização de outros
410 ministérios, de entidades, de representações da sociedade civil, de modo passagens
411 e diárias era uma ferramenta a serviço de quase todas as atividades. Ressaltou que
412 no primeiro trimestre de 2011 comparado com o primeiro trimestre de 2010 em
413 número de bilhetes houve uma redução de quase 10% no quantitativo de passagens
414 emitidas, o que mostrava havia um pouco mais de critério com viagens realizadas.
415 No mesmo período do ano de 2010 a secretaria já tinha gasto em torno de R\$
416 680.000,00 com passagens, e no ano de 2011 até, no primeiro trimestre, R\$
417 500.000,00, uma economia, só nos primeiros três meses, de R\$ 180.000,00 apenas,
418 com as passagens. Quanto a diárias, estas sendo feitas da mesma maneira do ano
419 de 2010 estaria estimado para todos os órgãos colegiados o numerário no exercício
420 do ano corrente de R\$ 1.021.000,00, contratando pela empresa, no sistema de
421 pacotes a estimativa estava em torno de R\$ 438.000,00. Então, seriam 55%,
422 aproximadamente, de economia. Por fim, destacou que aquele corte não cabia

423 somente ao CONADE, mas todos os órgãos colegiados, e toda a Secretaria de
424 Direitos Humanos da Presidência da República. Informou que todos aqueles dados
425 seriam enviados aos conselheiros via e-mail. E colocou-se à disposição para
426 eventuais questionamentos. Aberta a palavra para as manifestações dos
427 conselheiros, a conselheira Rosângela da Silva Santos ressaltou que era necessário
428 uma avaliação da Secretaria, porque o CONADE estava em período de
429 planejamento e não se podia prejudicar mais do que estava prejudicando a
430 população. Questionou qual impacto de tudo aquilo nas ações da política de atenção
431 aos segmentos vulneráveis da população. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale
432 Tiné, reiterou a fala anterior e ponderou que na modalidade de pacote ficou de fora
433 uma despesa que os conselheiros tinha e que não estava coberta no pacote
434 apresentado, que era o traslado na cidade onde ele morava, pois, muitos
435 conselheiros daquele colegiado moravam longe dos aeroportos, gastavam com táxi,
436 na ida e na volta. Questionou se esse gasto tinha cobertura no pacote. O presidente
437 Moisés Bauer Luiz relatou que teve acesso, casualmente, a um home list que ficou à
438 disposição na entrada do restaurante, onde informava que um apartamento
439 individual no hotel onde estavam os pacotes mencionados, custava R\$ 180,00 e não
440 estava incluso o café, o café custava R\$ 15,00. Também a informação de que cada
441 refeição naquele hotel custava R\$ 35,00, que ao dia era R\$ 70,00. Somando podia-
442 se chegar em R\$ 265,00 e a diária era de R\$ 321,00. Isso sem falar o custo de
443 logística das vans e do pessoal de apoio, no valor que a própria promotora do
444 evento levou para fazer esse agenciamento todo, um valor aproximado de menos de
445 R\$ 70,00 de economia prática numa diária de um conselheiro. E com a economia
446 apresentada se retirava do conselheiro toda uma autonomia de realmente escolher o
447 melhor horário de sair, de chegar, causando até transtornos nas reuniões. Ponderou
448 que, sem querer duvidar do exposto pelo Sr. Gleison Cardoso Rubin, se aquela
449 economia realmente cairia para 50%. O Sr. Gleison Cardoso Rubin ressaltou que a
450 SDH tinha uma imagem muito boa dentro da Presidência da República como uma
451 unidade que executava bem o orçamento que lhe era colocado, padecia com alguns
452 problemas de convênios porque você começava a ficar na dependência também da
453 capacidade de execução do conveniente, da entidade que acessava o recurso, mas
454 ela, naquilo que dizia respeito à sua responsabilidade imediata e direta, tinha
455 demonstrado competência para executar o seu orçamento. Ressaltou acreditava que
456 o impacto no orçamento era claro e que não existiria se não houvesse corte nenhum,
457 porém era um impacto passível de ser administrado, de ser atenuado, de ser levado
458 a patamares aceitáveis. Lembrou que tratavam de um corte de menos de 5% no

459 orçamento da Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com
460 Deficiência que quase que se equiparava ao valor que tradicionalmente a secretaria
461 não conseguia executar ao final de cada exercício. A execução do orçamento de
462 cada secretaria oscilava na faixa de 95% a 96% da dotação consignada. De modo
463 que se a secretaria conseguisse executar todo orçamento que não estava sendo
464 alvo de corte, ela empataria com aquilo que já tinha sido sua tradição em termos de
465 execução. Quanto ao questionamento do conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné
466 respondeu que a Secretaria não tinha como oferecer suporte aos deslocamentos
467 dos conselheiros feitos nas suas cidades de origem, somente poderiam partir para a
468 possibilidade de pagar os costumeiros R\$ 95,00 de adicional de deslocamento,
469 porém devido a questões burocráticas a alternativa seria abrir mão da van que era
470 garantida para o deslocamento em Brasília garantindo os R\$ 95,00 de adicional de
471 deslocamento, ou o contrário. Informou que a secretaria estudava uma maneira de
472 indenizar as despesas e já tinha isso mapeado e assim que tivesse uma resposta
473 concreta daria Ao CONADE. Para as questões colocadas pelo presidente Moisés
474 Bauer Luiz em relação à economia, respondeu que caberiam ali duas análises que
475 precisam ser postas. Uma era a economia propriamente dita. Outra era a natureza
476 do gasto. Exemplificou que se trocasse o valor das diárias pelo serviço da empresa
477 sem economia nenhuma, ainda assim teria que ser uma opção a ser considerada e
478 provavelmente a ser implementada para poder continuar viabilizando as reuniões
479 sem reduzir o orçamento de passagens e diárias. Ao invés do CONADE realizar oito
480 reuniões anuais, teria que realizar quatro, e talvez, fosse uma escolha mais
481 prejudicial reduzir a quantidade de reuniões em lugar de manter a quantidade de
482 reuniões e trocar a forma de custeio das despesas de permanência em Brasília.
483 Esclareceu que dos cinco conselhos da SDH o CONADE era o único que estava
484 sujeito a uma tabela de valor de diária diferenciada e que havia um Decreto de 2009
485 que estabelecia a regra para pagamento de diárias aos conselheiros oriundos da
486 sociedade civil, equiparando conselheiro ao ocupante de cargo de DAS 6, desde que
487 o conselho tivesse a sua composição e o seu funcionamento estabelecido ou em lei
488 ou em Decreto. Aberta novamente a palavra a questionamentos dos Conselheiros, o
489 conselheiro Isaías Dias, lembrou que no ano de 2010 tiveram na rubrica de gestão
490 do CONADE R\$ 970.000,00 que seria para diárias e passagens. Questionou qual o
491 valor estipulado para 2011. O conselheiro Márcio de Castro Aguiar ponderou que
492 gasto com política pública era investimento. Lamentou que estivessem
493 economizando, ao invés de fazer um investimento na política pública e que a
494 controle social acontecia por conta de investimento. Destacou que quase todos os

495 conselheiros do CONADE eram e fora de Brasília, e com seus aparelhos móveis
496 precisavam se comunicar com as bases e isso também não havia sido incluído. Ao
497 conselheiro Isaías Dias o Sr. Gleison Cardoso Rubin esclareceu que o valor para
498 diárias e passagens nunca era definido no início de cada ano. Ele ficava aberto e ao
499 longo do exercício ia se programando as despesas com diárias e passagens
500 conforme a utilização. Tanto é que o corte que estava estabelecido não era em cima
501 de uma dotação de 2011 porque essa dotação não existia. Ela não era
502 predeterminada. Ao conselheiro Isaías Dias destacou que como a Secretaria de
503 Pessoa com Deficiência tinha boa parte do seu orçamento para investimento, foi
504 justamente a que recebeu o menor corte. Essa foi uma das variáveis que levou a
505 fazer na secretaria um corte, proporcionalmente menor do que o das outras áreas e
506 que enquanto não houvesse o encaminhamento de uma minuta de um decreto
507 dando ao CONADE um tratamento similar no que dizia respeito à previsão de que a
508 sua composição e o seu funcionamento estivessem disciplinados no ato normativo
509 da envergadura de um decreto, continuariam com o problema de não poder atribuir
510 aos conselheiros do CONADE um tratamento similar a dos demais conselhos. Na
511 sequência, e devido ao tempo, o presidente Moisés Bauer Luiz encerrou as
512 incrsições para mais questionamentos e agradeceu a presença e disponibilidade do
513 Sr. Gleison Cardoso Rubin. Em seguida questionou à Plenária se era acordo
514 instaurar algum processo na Comissão de Atos Normativos para ela elaborar um
515 parecer sobre a situação, justificando, apontando a natureza das atribuições do
516 CONADE, para que com esse parecer pudessem estar fortalecendo a articulação
517 que a secretaria já estava fazendo. E foi acordo. **Apresentação do Orçamento da**
518 **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos.** O Sr. Élcio Rizzi
519 informou à Plenária que o que apresentaria era um documento que poderia ser
520 considerado como estratégico, porque era um documento que norteava todas as
521 atividades da secretaria para 2011. Esclareceu que o documento não contemplava o
522 detalhamento das ações, mas indicava o que a Secretaria de Promoção estaria
523 executando ao longo do ano de 2011. Destacou que Secretaria de Promoção havia
524 dois programas que era o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa
525 com Deficiência e o segundo programa que era o Programa Nacional de
526 Acessibilidade. Que ainda tinham para 2011 alguns desafios que era exatamente
527 compor mais adequadamente, inclusive visando o próximo PPA, os instrumentos de
528 avaliação, acompanhamento e monitoramento das ações dos programas. Dentro
529 desses dois programas haviam três ações que se destacavam, estudos em
530 pesquisas na área da acessibilidade do Programa Nacional de Acessibilidade no

531 Programa de Promoção, a questão da capacitação e a questão relacionada à
532 publicidade, utilidade pública. Destacou que um grande problema identificado pela
533 Secretaria era a invisibilidade do tema pessoa com deficiência, que gerava violação
534 de direitos e barreiras devido às atitudes e ao ambiente que impediam a plena e
535 efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades
536 com as demais pessoas. Esse seria um macro problema. E para informações
537 estratégicas para o enfrentamento desses problemas apresentou seis ações:
538 implementar a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência;
539 Fortalecimento nas instâncias de controle social; a elaboração, divulgação de
540 indicadores sociais, econômicos e culturais sobre pessoas com deficiência; produzir,
541 disseminar informação, conhecimento, esclarecimento; fortalecer a cooperação
542 bilateral e multilateral; e como pano de fundo, a Copa do Mundo 2014, Olimpíada e
543 Paraolimpíada em 2016. Em seguida elencou os problemas que era preciso
544 enfrentar e trabalhar no ano de 2011. O primeiro, que qualificou como muito
545 importante era o modelo de classificação da deficiência em desacordo com a
546 Convenção da ONU, pois envolvia uma mudança estratégica não só em locais
547 específicos, mas no Brasil como um todo com relação a diversos benefícios que
548 tinham acesso as pessoas com deficiência. Outro problema importante era
549 conhecimento impreciso, insuficiente sobre a situação da acessibilidade no Brasil;
550 tecnologia assistiva de qualidade suficiente e de distribuição e deficiente,
551 considerando obviamente a necessidade da reabilitação, da intermediação de
552 órteses e próteses para que efetivamente as pessoas pudessem ter, não só acesso,
553 mas ter acesso com qualidade e que isso representasse efetivamente uma mudança
554 na vida dessas pessoas; Instrumentos de gestão interna suficiente para realizar
555 divulgação de indicadores e conteúdos de interesse das pessoas com deficiência,
556 era um trabalho que estava em fase de estudos e implementação, que era uma
557 reestruturação na área do sistema de informação, o SICORDE, uma reestruturação
558 dentro da área para que efetivamente e pudesse inserir um banco de dados com
559 qualidade, com informações que pudessem ser acessadas e que representasse
560 efetivamente informações que pudessem ser usadas efetivamente como instrumento
561 não só de consulta, mas de elaboração de políticas públicas; Alto índice de
562 desemprego de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa; e por
563 último, grades curriculares das capacitações desprovidas de conteúdos técnicos e
564 específicos e de Educação em Direitos Humanos. Destacou que pretendia-se chegar
565 às ações propondo ações estratégicas, criação e veiculação de filmes, confecção de
566 material promocional, criação e edição de cartilhas educativas e utilização de redes

567 sociais, enfim, utilização e participação em feiras também para a realização dessas
568 campanhas e divulgações em geral que teriam como articuladores organismos
569 internacionais, conselhos e entidades da sociedade civil de classe, Estados e
570 Municípios, internamente, todas as áreas da Secretaria de Direitos Humanos e
571 CONADE. Quanto a articulação constitucional destacou que o problema era a
572 fragilidade das relações institucionais e a ação estratégica para a realização de
573 encontros regionais para o ano de 2011 era uma proposta. Além disso, Disposições
574 regionais e seminários com história do movimento político das pessoas com
575 deficiência, participação em feiras e eventos, participação em conferências
576 temáticas, mulheres, juventude e outras conferências. Como articuladores,
577 ministérios, diversos poderes, organismos internacionais e conselhos, entidades de
578 classe e sociedade civil, Estados e Municípios, e todas as áreas da SDH/PR e o
579 CONADE. Relações Internacionais. Políticas públicas. O problema políticas
580 públicas de promoção de direitos, proteção desenvolvimento social para pessoas
581 com deficiência em diversos estágios de desenvolvimento era que se percebia a
582 diversidade de estágios de avanço da política de inclusão da pessoa com deficiência
583 no âmbito internacional, isso gerava para o Brasil obrigação criada pelo Artigo 32 da
584 Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência de participação em
585 seus contextos de referências geográficas, culturais e políticas. Ações estratégicas,
586 participação nas reuniões temáticas da Comunidade dos Países de Língua
587 Portuguesa/CPLP, reuniões com organismos internacionais, ações direta na
588 Organização das Nações Unidas/ONU, na OEA, Reunião das Autoridades de
589 Direitos Humanos no MERCOSUL/RAADH, estabelecimento de cooperação técnica
590 Brasil, Haiti, Estados Unidos, Portugal e Espanha. Como articuladores, organismos
591 internacionais, Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de
592 Cooperação/ABC, Tribunal Superior, Banco Interamericano/BID, Banco Mundial,
593 organização interamericana, conselhos de direito, entidades da sociedade civil e a
594 transversalidade SDH/PR e o CONADE. Elencou valor de cada ação, comprometeu-
595 se a enviar por e-mail aos conselheiros toda a tabela, em formato acessível para que
596 pudessem ter melhor conhecimento com relação a números e ações. Dada a
597 palavra para manifestações a conselheira Rosângela da Silva Santos observou que
598 o CONADE nunca participou de nenhum planejamento estratégico junto com a
599 Secretaria. A primeira de participar de um PPA era aquela que agora que já era uma
600 projeção de 2012 até 2015. Lembrou que o CONADE estava aprovando algo que já
601 estava em execução e que havia sido aprovado no orçamento. Ou seja, já deveria
602 anteriormente ter participado de todo processo, no momento da aprovação antes, de

603 ser aprovado no Congresso. Não seria o momento do CONADE aprovar o que já
604 tinha aprovação. O conselheiro Carlos Eduardo Ferrari disse estar surpreso com a
605 quantidade de ações, pelo papel estratégico da Secretaria e os valores aplicados
606 serem razoavelmente baixos. Enfatizou que era preciso intensificar o papel da
607 Secretaria e do Conselho no sentido de terem recursos à altura do que acreditavam
608 que fosse importante fazer. Ponderou que chegava a ser constrangedor. O Sr.
609 Roberto de Paulo do Vale Tiné lembrou que a Comissão de Comunicação Social em
610 conjunto com a Comissão de Orçamentos e Finanças estabeleceu as prioridades
611 para o ano de 2011 na Campanha da Acessibilidade, onde até já tinham orçado os
612 valores. Questionou se o orçamento já estava disponível e se já podiam de imediato
613 passar a executar o planejamento. Questionada a Plenária se havia consenso em
614 aprovar o Plano de Ação, a Sra. Rosângela manifestou sua opinião de que se
615 aprovasse o Plano teria que ser com a ressalva de que o Conselho estaria
616 aprovando algo com o qual não participou. Esclareceu que a ressalva seria no
617 sentido de que o CONADE participasse efetivamente do planejamento de próprio
618 PPA que ainda estava pendente, pois o CONADE era obrigado a aprovar coisas as
619 quais já estavam em execução. Em seguida o Plano de Ação da Secretaria Nacional
620 de Direitos da Pessoa com Deficiência foi aprovado com as ressalvas propostas.
621 Sem tempo hábil para mais deliberações o presidente Moisés Bauer Luiz agradeceu
622 a todos e suspendeu os trabalhos naquele dia.

623

624 **DIA 08 DE ABRIL DE 2011**

625

626 **Reabertura.** Verificado quórum por meio de chamada oral, o 2º dia de reunião foi
627 aberto com um minuto de silêncio em homenagem às crianças assassinadas na
628 Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro e ao Sr. Anderson, militante
629 na causa da pessoa com albinismo que falecera no dia 31 de março de 2011.

630 **Acessibilidade do conjunto das instalações esportivas para Copa do Mundo e**
631 **das Confederações de Futebol, pelo Dr. Luciano Portilho Matos, Ministério do**
632 **Esporte.** O Sr. Luciano Portilho Matos cumprimentou a todos e agradeceu a
633 oportunidade de estar participando de uma Plenária do CONADE. Em seguida
634 apresentou os integrantes do Ministério dos Esportes que o acompanhavam e
635 solicitou ao Sr. Alexandre Bertolano fizesse uma rápida apresentação dos motivos
636 que levaram àquela visita. O Sr. Alexandre Bertolano cumprimentou a todos e
637 agradeceu a oportunidade. Em seguida informou que faria uma curta apresentação
638 sobre a questão de acessibilidades preparadas para a Copa do Mundo de 2014.

639 Informou eu os cinco pilares no que dizia respeito à Copa do Mundo de 2014 no
640 Brasil era a mobilização interna, a construção de arenas multiuso de classe mundial,
641 que atendesse os requisitos básicos impostos pela FIFA, a modernização de
642 infraestrutura do país, principalmente no que se dizia respeito a portos, aeroportos,
643 estádios, rede hoteleira, e questão de mobilidade urbana, gerando com isso um
644 grande salto na qualidade dos serviços públicos, principalmente, nos que
645 apresentavam grandes problemas e por fim, mas não menos importante promover o
646 nome do Brasil mundialmente, trazendo investimentos e fazendo com que o país
647 crescesse em termos de representatividade mundial. Destacou que a Copa do
648 Mundo de 2014 deveria agregar ao país, diretamente, R\$ 183 bilhões de reais ao
649 Produto Interno Bruto/PIB até 2019, o que representaria um acréscimo de 0,4% ao
650 ano até 2019, ao PIB brasileiro. Desses R\$ 183 bilhões, R\$ 47,5 bilhões provinham
651 de investimentos diretos com relação à rede de infraestrutura, gastos e incrementos
652 com relação a turismo, tanto externo quanto interno e principalmente incremento no
653 consumo da população, no consumo das famílias brasileiras. E R\$ 135,7 bilhões de
654 reais derivariam de impacto indireto dos eventos, com a recirculação do dinheiro
655 perante a economia, ou seja, a população com maior poder aquisitivo faria com que
656 a moeda circulasse mais gerando maior riqueza interna ao país. Outro aumento
657 indireto destacado foi a questão do turismo e do uso dos estádios e das arenas
658 multiuso após a realização dos jogos. Ressaltou que o ponto mais importante, em
659 sua opinião, era introduzir a questão da acessibilidade e como das questões
660 relativas à Copa do Mundo 2014, informou que elaborou um modelo de governança,
661 no qual foram criadas nove câmaras temáticas, cada uma dessas câmaras com
662 objetivo à discussão de um tema de grande relevância para cada uma das doze
663 cidades sedes. Esclareceu que as nove câmaras temáticas eram instaladas e
664 discutidas diretamente com as cidades sedes para haver entendimento da
665 necessidade local e para que houvesse um fluxo de informações do âmbito local
666 para o âmbito federal. As nove câmaras temáticas eram as de infraestrutura, estado
667 e segurança, meio ambiente e sustentabilidade, desenvolvimento turístico,
668 promoção, comércio e tecnologia, saúde, cultura e educação, ações sociais e
669 transparência. A última de grande relevância, para que todas as ações voltadas à
670 Copa do Mundo estivessem sendo monitoradas e controladas não só pelos órgãos
671 de controle, mas também pela população. Seis dessas câmaras temáticas já haviam,
672 sido lançadas e estavam em andamento, já havia discussões a respeito das
673 questões de infraestrutura, estado e segurança, meio ambiente, desenvolvimento
674 turístico e promoção, comércio e tecnologia e quanto às outras três, saúde, cultura e

675 transparência, seriam lançadas naquele mês. As questões traziam a possibilidade de
676 discussão e formalização de todas as questões e ações previstas nas matrizes de
677 responsabilidades, que era um documento que previa a responsabilidade dos entes,
678 tanto federal, estaduais e municipais, nas ações relativas à Copa do Mundo de 2014.
679 Especificamente para a questão da acessibilidade, destacou que ela seria discutida
680 e abrangida nas câmaras de infraestrutura, estádios, cultura, educação e assunto
681 social. Por derradeiro colocou-se à disposição para questionamentos. O Sr. Luciano
682 Portilho Matos agradeceu a explanação do Sr. Alexandre Bertolano. Em seguida
683 informou que a Assessoria Especial de Futebol do Gabinete do Ministro do Esporte,
684 Ministro Orlando Silva, tomou conhecimento, por intermédio de sua representação
685 naquele conselho, do Sr. Rivaldo Araújo da Silva, da preocupação de todos os
686 conselheiros do CONADE, no que dizia respeito à relação da Legislação que tratava
687 da Acessibilidade e, especificamente, no que tocante às obras de instalações
688 esportivas e mobilidade urbana em curso no país. Ressaltou que sua ida àquela
689 plenária era no sentido de tranquilizar todo o segmento das pessoas com
690 deficiência, quanto à garantia da acessibilidade nos megaeventos não somente na
691 questão das arenas e estádios, mas no entorno dos estádios e nas obras de
692 intervenção urbana, no sentido de garantir a realização concreta do que dispunha a
693 legislação brasileira acerca da questão da acessibilidade. Enfatizou o Ministério do
694 Esporte era coordenador no modelo de governança que foi pensado para a Copa do
695 Mundo, do GECOPA, Grupo Executivo para a Copa do Mundo, que era composto
696 pelo Ministério do Esporte, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da
697 Justiça, Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento e Gestão, Ministério do
698 Turismo e Secretaria de Aviação Civil, recentemente criada pela Presidenta da
699 República, que trataria da questão dos aeroportos. O papel do Ministério do Esporte
700 era de reunir informações, prestar informações, cobrar, enfim, se comprometer com
701 as questões fundamentais como as de acessibilidade e garantias. Destacou que o
702 Ministro Orlando Silva em viagens e visitas a obras nas cidades sedes fazia
703 cobranças permanentes no sentido de que a questão da acessibilidade fosse
704 tomada como questão central. Informou que o Secretário Alcino Rocha, estava em
705 permanente contato com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
706 República, na pessoa do seu secretário Humberto Lippo e com a intermediação do
707 Ministro Orlando Silva, para em comissão resolverem os impasses existentes,
708 sobremaneira, o conflito com a FIFA que só disponibilizava nos estádios 1% de
709 lugares para as pessoas com deficiência, enquanto era ciência de todos que a
710 legislação brasileira dispunha e determinava que 4% dos lugares em Estádios

711 fossem reservados às pessoas com deficiência, 2% para cadeirantes, 2% para as
712 pessoas com mobilidade reduzida. Solicitou participação do CONADE no sentido de
713 contribuir, encaminhar deliberações, sugestões, em especial nas câmaras temáticas
714 de infraestrutura, de estádios, de educação, cultura e ação social. Por derradeiro
715 reiterou seus agradecimentos e passou a palavra de pronto ao Sr. Luciano de Matos
716 para que este falasse especificamente das questões de acessibilidade. O Sr.
717 Luciano de Matos lembrou a Lei 10.048/2000 que garantia a pessoas com
718 deficiência, idosos, qualquer idade, ou com idade igual ou superior a 60 anos, às
719 gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por criança de colo, atendimento
720 prioritário e também estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção
721 da acessibilidade das pessoas com deficiência. Informou que a Lei supracitada
722 regulamentava o Decreto 5296/2004, que tratava de todas as questões da
723 acessibilidade na habitação, acessibilidade aos serviços de transportes coletivos,
724 estabelecia as condições gerais de implementação de acessibilidade arquitetônica e
725 urbanística e era compromisso do Ministro do Esporte cobrar essas garantias,
726 independente dos modelos de construção das instalações esportivas. Lembrou-se
727 do Estatuto do Torcedor, Art. 23, Portaria nº 124 do Ministério do Esporte, de 17 de
728 julho de 2009, em que dispunha que o item acessibilidade deveria atender
729 minimamente as disposições técnicas previstas nas Leis nº 10.048 e 10.098, no
730 Decreto nº 5.296 e na Norma da ABNT de 2004 a ANBR nº 9.050, o Estatuto do
731 Torcedor, no seu Art. 23, Lei nº 10.671 de 2003. Destacou a legislação de alguns
732 estados, como Minas Gerais, Paraná, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande
733 do Sul, onde já se caminhavam no sentido das garantias legislativas para a questão
734 das pessoas com deficiência. Reiterou seu pedido de que o CONADE também
735 cobrasse dos estados, através das suas representações nos estados, para que nas
736 doze cidades sedes, nos doze estados, para as suas competências, que aplicassem
737 e respeitassem a legislação específica e importante para as pessoas com
738 deficiência. Por fim colocou-se à disposição para debates e questionamentos. Aberta
739 a palavra a questionamentos o Sr. Roberto Paulo do vale Tiné questionou se seria
740 possível através do GECOPA levar a Campanha da Acessibilidade para a Copa do
741 Mundo e para a Copa das Confederações, como forma de mostrar a imagem da
742 acessibilidade para o mundo e para todas as pessoas que estavam envolvidas no
743 esporte. Ressaltou que o planejamento da Campanha da Acessibilidade previa
744 reuniões nas doze cidades sedes envolvendo os Conselhos Estaduais e questionou
745 se seria possível viabilizar um encontro com todos os conselhos estaduais, com o
746 Comitê Organizador da Copa do Mundo, para que se discutisse realmente, o que

747 estava sendo feito e o que poderia ter de contribuição de cada um. E por fim,
748 perguntou qual era o encaminhamento do relatório das obras da acessibilidade
749 entregue pelo Ministro do Esporte à Presidente da República, Dilma Roussef e se o
750 relatório estava disponível na internet e se não tivesse, se poderiam disponibilizar
751 para os conselheiros, a fim de que os mesmos tomassem conhecimento de como
752 realmente as coisas estavam caminhando. O Sr. Luciano Portilho Matos parabenizou
753 o conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné pela pertinência das questões colocadas e
754 colocou o Ministério do Esporte à disposição para levar a Campanha da
755 Acessibilidade nos eventos da Copa das Confederações e na Copa do Mundo FIFA
756 2014, assumiu o compromisso e solicitou para que o representante naquele
757 Conselho do Ministério dos Esportes, Sr. Rivaldo Araújo da Silva encaminhasse a
758 questão. No tocante ao questionamento sobre o relatório do Ministro Orlando Silva,
759 encaminhado Presidenta Dilma, afirmou que faria uma solicitação à assessoria do
760 ministro que fosse encaminhado ao CONADE o relatório. A Sra. Érica Pisaneschi
761 sugeriu que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República fizesse
762 parte também, do GCOPA, e não só das câmaras técnicas. O Sr. Luciano Portilho
763 Matos informou que levaria o encaminhamento, porém, destacava que aquela
764 decisão era em âmbito presidencial, não caberia ao Ministério dos Esportes. Sem
765 tempo hábil para mais questionamentos o Sr. Luciano Portilho Matos sugeriu que as
766 questões fossem encaminhadas à Assessoria Especial de Futebol, para o Ministério
767 do Esporte. Os trabalhos da tarde foram iniciados com a entrega, pela representante
768 IPEA, Sra. Raquel ao CONADE de uma pesquisa sobre a institucionalização
769 participação social no Brasil. **Informes das Comissões. Comissão de Orçamento**
770 **e Finanças.** A conselheira Rosângela da Silva Santos informou que uma das ações
771 da COF previstas, além dos encontros com os conselhos, pelo menos, 15% de
772 capacitação que estava diretamente ligada à questão da acessibilidade no período
773 da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. O segundo item estava relacionado a
774 profissionais na área de saúde, de forma a prestar assistência específica às pessoas
775 com deficiência e mobilidade reduzida nas unidades públicas e privadas de saúde.
776 Como objetivos setoriais e definidos, envolver prioritariamente os diferentes atores
777 governamentais e não governamentais das cidades sedes da Copa do Mundo de
778 2014, das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, na discussão e implementação de
779 ações conjuntas que visassem à defesa, a promoção e garantia de acessibilidade da
780 pessoa com eficiência; Oportunizar a visibilidade da situação em que se
781 encontravam as políticas públicas para as pessoas com deficiência, como ainda
782 promover a troca de informações articuladas em âmbito local, nacional, regional e

783 internacional. Com relação a metas físicas, começar a fazer um acompanhamento e
784 solicitar junto aos órgãos e seus Ministérios as devidas metas. Pesquisa de lesões e
785 mortes no trânsito e transportes coletivos, desenvolver ações conjuntas com o plano
786 da década 2011/2020, incluindo a prevenção de lesões e mortes e paz no trânsito,
787 baseado em documentos, como Agenda Social, Direitos de Cidadania das Pessoas
788 com Deficiência, documento Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade
789 das Pessoas com Deficiência, Planejamento Estratégico do CONADE 2009/2010 e o
790 Plano Diretor da Campanha Nacional de Acessibilidade; pesquisa de opinião pública
791 sobre o tema acessibilidade; sensibilizar e mobilizar a sociedade e os governos
792 federal, estaduais e municipais para as questões referentes à acessibilidade da
793 pessoa com deficiência; Levantamento de dados estáticos sobre crianças e
794 adolescentes em situação de exploração sexual e de trabalho infantil, apoio às
795 ações que estimulassem o combate à exploração do trabalho infantil e a exploração
796 sexual de crianças e adolescentes com ou sem deficiência; pesquisa de opinião
797 pública sobre a qualidade da assistência a idosos, pessoas com mobilidade reduzida
798 e obesas; Identificar as situações mais prioritárias e promover medidas de proteção,
799 em especial no combate aos casos de ocorrências de maus tratos e do atendimento
800 desumano, incluindo a população carcerária; implementação de proteção à
801 população carcerária com deficiência; apoiar iniciativas que possibilitassem o
802 diagnóstico do percentual dos segmentos que passam por qualquer tipo de
803 atendimento ou tratamento desumano nos serviços públicos de saúde,
804 principalmente nas situações de extrema vulnerabilidade. Devido a extensão da
805 apresentação e o tempo exíguo para deliberações a conselheira Érika Pisaneschi
806 sugeriu que o documento fosse enviado aos conselheiros para que os mesmos
807 tivessem ciência do planejamento preliminar do CONADE e da SDH das
808 contribuições ao PPA 2012/2015. O conselheiro Antônio José do Nascimento
809 Ferreira complementou a proposta da conselheira Érika Pisaneschi sugerindo
810 também que juntamente com o encaminhamento da apresentação da COF fosse
811 enviado também o que a SDH tinha pronto de propostas, a fim de subsidiar melhor
812 as contribuições dos conselheiros. Logo em seguida o conselheiro Marcos Cordeiro
813 de Souza Bandeira, aproveitando o calor das discussões, solicitou que fosse
814 afastado da Comissão de Orçamento e Finanças e reconduzido para outra
815 Comissão. Esclareceu que era por questões meramente pessoais de
816 incompatibilidade de pensamento nos planejamento da Comissão. O presidente
817 informou que aquele assunto seria tratado em tempo pertinente e solicitou que
818 continuassem os debates sobre o relatório da Comissão de Orçamentos e Finanças.

819 Vencida a questão da extensão do relatório que foi resolvida acatando propostas da
820 Sra. Érika Pisnaneschi e do Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira a conselheira
821 Rosângela da Silva Santos passou à Leitura da ata da Comissão de Orçamento e
822 Finanças, a fim de concluir seu relatório. Informou que a pauta da reunião foi
823 aprovada por unanimidade, que a própria, conselheira Rosângela da Silva Santos foi
824 reeleita coordenadora da Comissão de Orçamento e Finanças com três votos; que a
825 Comissão avaliou os tópicos mais prioritários da pauta. Importância do planejamento
826 estratégico 2011/2013; Revisão do plano de trabalho da COF para 2011, em virtude
827 das novas medidas de cortes e contenções de despesas públicas que estava em
828 vigor no país. Possibilidade de reuniões extraordinárias para a COF, para
829 acompanhamento da execução do orçamento da SDH, articulação com outros
830 ministérios, buscas de parcerias e etc. Contato com os ministérios, com intuito de
831 identificar as ações que estavam sendo implementadas na área da pessoa com
832 deficiência, começando pelo Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e
833 Tecnologia, e Ministério de Desenvolvimento Social. Contato com a Escola Nacional
834 de Administração Pública, ENAP e outros prováveis parcerias, no sentido de firmar
835 cooperação e assessoria técnica para capacitação dos conselheiros do CONADE.
836 Como encaminhamentos da Comissão a conselheira citou: reiterar ofício aos
837 ministérios solicitando informações da existência de ações e programas na área de
838 pessoas com deficiência, bem como, quais as ações ou atividades que estavam em
839 execução, ou em fase de planejamento para exercício 2011. Verificação com os
840 conselheiros governamentais do CONADE se os mesmos atuavam na área da
841 pessoa com deficiência e/ou podiam contribuir na articulação a respeito das ações
842 voltadas para as pessoas com deficiência junto aos ministérios. Solicitação à
843 Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência de
844 relatório da reunião realizada no dia 26 e 27 de janeiro, para discussão da proposta
845 do Planejamento Orçamentário do CONADE, PPA 2012/2015 e que constasse qual
846 seria a verba destinada para as despesas do CONADE, referente ao exercício 2011,
847 além das projeções para o plano quadrienal. Solicitação à secretaria de uma reunião
848 extraordinária para o planejamento estratégico do CONADE. Logo em seguida o
849 presidente Moisés Bauer Muniz abriu a Plenária para votação de aprovação ou não
850 do relatório da Comissão de Orçamento e Finanças e o mesmo foi aprovado por
851 unanimidade com os encaminhamentos apresentados durante a apresentação do
852 relatório.
853

854 **Informes da Comissão de Políticas Públicas.** A relatora da CPP, Sra. Nadja
855 Gleuca da Silva Dutra informou que a CPP, entre os dias 16 e 18 de março de 2011,
856 em Reunião Extraordinária analisou dezesseis processos, tendo resolvido sete,
857 encaminhado nove processos. **Processo CPP n. 84/2010, sobre a denúncia à**
858 **Caixa Econômica Federal.** Pessoa com deficiência que usava prótese de perna
859 sentiu-se discriminada ao ser impedida de entrar numa agência da Caixa Econômica
860 Federal. Encaminhamento. Minuta de ofício ao cidadão contendo informações sobre
861 a Legislação e normas de segurança dos bancos e orientação quanto às instâncias
862 que poderiam ser procuradas pelo cidadão que poderiam apurar se houve ou não
863 discriminação, caso assim ele desejasse. **Processo CPP n. 95/2010, PL**
864 **8.035/2010, Aprova o Plano Nacional de Educação/PNE.** Tratava-se de
865 manifestação da Federação Nacional das APAES, no que dizia respeito ao Projeto
866 de Lei apresentado pelo Poder Executivo, em 20 de dezembro de 2010, sobre o
867 Plano Nacional de Educação. Encaminhamento. Leitura do PL por todos os
868 participantes da CPP, adequação do parecer do modelo de parecer com
869 fundamentos na Legislação vigente e informações atuais sobre a implementação da
870 Política de Educação com destaque para itens levantados pela FENAPAES quais
871 sejam “Direito à educação da pessoa com deficiência intelectual e múltipla”,
872 “Ausência da escola especial no Sistema de Ensino Brasileiro.” O parecer deverá ser
873 enviado com antecedência aos demais conselheiros da CPP para análise e
874 contribuições para debate na próxima reunião da CPP; Envio do processo à
875 Comissão de Atos Normativos. Diante da complexidade do tema e relevância de
876 debate esclarecedor no pleno do CONADE, diante da informação do Presidente, que
877 seria criada uma Comissão Especial no Congresso Nacional para análise e debate
878 do tema o que também ampliaria o tempo para discussão do PL e manifestação do
879 CONADE. Colocado em votação o teor do relatório o mesmo foi aprovado com três
880 abstenções. **Relatório da Comissão de Articulação de Conselhos/CAC.** A
881 conselheira Magda Hennes apresentou o relatório. **Demandas que restaram da**
882 **gestão anterior.** A revisão da cartilha de criação de conselhos do CONADE e a
883 proposição de indicação de representantes do CONADE para acompanhamento dos
884 editais da Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, para seleção de projetos
885 referentes ao fortalecimento de conselhos, o Conselheiro Raimundo José Rodrigues
886 Monteiro foi indicado para fazer esse acompanhamento. **Eleição de novo**
887 **coordenador da Comissão de Articulação de Conselhos/CAC.** Foi designado
888 como coordenador o representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa
889 com Deficiência da Bahia, Evangel Vale dos Santos Júnior e como substituto o

890 representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de
891 Deficiência de Mogi das Cruzes, Ricardo de Oliveira Pedroso. **Organização do V**
892 **Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais e Municipais.** Sugestão de
893 organização de encontros nas cinco regiões do país. Informou que a CAC foi
894 informada que a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, a partir de junho de
895 2011 organizaria a caravana de Direitos Humanos nos Municípios que não possuíam
896 com conselhos, de modo a fomentar a criação dos mesmos. **Organização da III**
897 **Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.** A relatora
898 informou que a III conferência seria realizada em 2012. Informou que houve debate
899 na CAC para definição da logística do evento, escolha da Comissão Organizadora, a
900 criação do Decreto Presidencial, a escolha do tema, metodologia e datas. No início
901 de 2012 a Comissão Organizadora da Conferência deveria publicar no Portal do
902 CONADE comunicado estabelecendo prazo para que as prefeituras das cidades,
903 com conselhos de direitos instituídos enviassem a documentação com vista á
904 validação dos encontros e tivessem a prerrogativa de enviar visitantes à Conferência
905 Nacional. A discussão também abordou que a nova conferência não deveria seguir
906 os antigos moldes das antigas conferências, considerando a confusão que ocorria
907 no âmbito das competências de cada ente e onde a maior parte do arcabouço das
908 resoluções era nacional. A conferência de 2012 também deveria estar em
909 consonância com a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e também
910 deveria produzir menos resoluções e maior efetividade nas resoluções selecionadas.
911 **Formação e capacitação de conselheiros nacionais.** Foi proposta uma
912 capacitação dos Conselheiros do CONADE onde a programação deveria apresentar
913 um roteiro básico para orientação da atuação dos conselheiros. A agenda Temática
914 deveria contemplar o acompanhamento, avaliação, elaboração de propostas sobre
915 as seguintes questões: Organização da gestão da política setorial em âmbito
916 nacional, financiamento da política setorial, identificação das fontes de recursos,
917 critérios de distribuição, a proposta e execução orçamentária, políticas e os
918 programas prioritários e o cumprimento da Legislação, entre outros. **Participação**
919 **em Grupo de Trabalho da nova Agenda Social.** Sugestão de indicação de
920 representantes do CONADE, governo e sociedade civil que já trabalhavam com a
921 temática de acessibilidade para que pudessem compor o Grupo de Trabalho da
922 Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência que se encontrava envolvido com a
923 construção e a discussão da nova Agenda Social. Conselheira Magda Hennes foi
924 escolhida a representante do CONADE. O conselheiro Márcio Castro de Aguiar
925 sugeriu como data da III Conferência Nacional de Direitos da Pessoa com

926 Deficiência 03 a 06 de dezembro de 2012. Colocada em votação a data foi aprovada
927 por unanimidade. Em seguida o presidente Moisés Bauer propôs que os
928 conselheiros enviassem sugestões de tema da III Conferência ao e-mail do
929 CONADE, que seria reencaminhado à CAC e votado na próxima reunião Plenária.
930 Em seguida o presidente colocou o relatório da Comissão de Articulação de
931 Conselhos em votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. **Relatório da**
932 **Comissão de Atos Normativos.** A conselheira Janaína Carneiro Costa Menezes
933 informou que a CAN analisou 15 processos e encaminhou 08 processos para a
934 Plenária. Expediente encaminhado pelo Desembargador Ricardo Tadeu. Conclusões
935 e encaminhamentos. Sugestão que sugere que o CONADE pudesse se manifestar
936 em caráter de orientação às editoras jurídicas, para que incluísse o texto da
937 convenção nas publicações da Constituição Brasileira. Informou que o relatório da
938 CAN foi no sentido de que a divulgação deveria ser feita, não só às editoras
939 jurídicas, mas também que o CONADE pudesse encaminhar uma recomendação,
940 também, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público Brasileiro. **Processo CAN**
941 **Redução de jornada de trabalho de mãe que tem filha com Síndrome de Down.**
942 Trata-se de Requerimento encaminhado ao CONADE pela Funcionária Pública
943 Federal, Jaqueline Moreira, que tem uma filha com Síndrome de Down, consultando
944 se existe Projeto de Lei para redução de jornada a fim de permitir acompanhamento
945 de filhos com deficiência aos atendimentos especializados. Informou que em análise
946 na CAN verificou-se que a requerente era Servidora Pública Federal, porém não
947 especificou a função que exercia no órgão onde trabalhava. A Lei nº 8.112 de 1990,
948 Estatuto do Servidor Público Federal não contemplava o benefício solicitado,
949 entretanto, constava no Artigo 98 parágrafo segundo: “Também será concedido
950 horário especial a servidor portador de deficiência, quando comprovada a
951 necessidade médico oficial independentemente de compensação de horário.” E o
952 parágrafo terceiro: “As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor
953 que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física”. Exigindo-se,
954 porém, nesse caso compensação de horário na forma do inciso segundo, do Art., 44.
955 Conclusão sugestão ao CONADE encaminhamento de e-mail ao requerente com as
956 Informações acima citadas. **Processo CAN. 283.** Solicitação de opinião sobre o uso
957 do símbolo internacional de surdez na carteira de identificação profissional. Pelo
958 entendimento da Comissão, embora não houvesse previsão legal quanto à inserção
959 do símbolo internacional de surdez em documentos particulares de interesse de
960 categoria profissional também não havia qualquer lei impedindo, por isso a CAN se
961 posicionava favoravelmente à inserção do símbolo desde que houvesse expressa

962 solicitação da pessoa com deficiência. Sugeriu ainda que a matéria fosse levada ao
963 Congresso Nacional para que a mesma fosse regulamentada. Informa-se ainda por
964 e-mail a solicitante. **Processo CAN N. 266**, é um Projeto de Lei Municipal de
965 Londrina, Paraná, acerca do Sistema de Sinalização de Itinerário para embarque
966 nos ônibus. Conclusão. Encaminhamento do CONADE à Casa Legislativa do Paraná
967 alertando que o Projeto de Lei DPS 2000 tendia a expor a pessoa com deficiência a
968 constrangimento promovendo a desigualdade e a oportunidade de usuário.
969 Sugestão ainda que na mesma manifestação o CONADE apresentasse aos
970 parlamentares a existência do Projeto DPS 2000, que propõe meio alternativo para
971 concepção de idêntico objetivo. **Processo CAN. nº 296/2010**. Sobre o Inquérito Civil
972 em que o Ministério Público Federal recomendou ao Banco Central e à Casa da
973 Moeda do Brasil para que adotem em prazo razoável as providências cabíveis
974 dentro de sua esfera de competência no sentido de tornar acessível as moedas, as
975 cédulas e moeda de um real às pessoas com deficiência visual, implementando
976 mecanismos realmente eficazes e duradouros que tornem possível percepção fácil e
977 imediata dos valores. Conclusões e encaminhamentos. Dar conhecimento à plenária
978 da recomendação do Ministério Público Federal nº. 32/2009, expedida no bojo do
979 Inquérito Civil Público ao Banco Central do Brasil e à Casa da Moeda do Brasil
980 sugerindo a expedição de ofício para os órgãos corroborando a ação do Ministério
981 Público Federal. **Processo CAN n. 287/2007**. Requerimento ao Ministério do
982 Trabalho e Emprego, sugerindo uma Moção de Repúdio contra um Deputado
983 Federal, que constrangeu uma pessoa com deficiência chamando de mula manca e
984 outros adjetivos. A insuficiência de elementos materiais inviabilizava a análise do
985 pleito e por consequência qualquer manifestação do CONADE sobre o caso.
986 Conclusão. Recomenda-se, o arquivamento do processo com notificação por e-mail
987 ao interessado, por não ser possível encontrar provas. **Processo CAN. Morador de**
988 **edifício residencial que não apresentava acessibilidade**. Para a CAN as
989 reclamações do requerente estavam claras e objetivas diante da Legislação em
990 vigor. Como o interessado ressaltou que não desejava assumir os gastos honorários
991 de um Advogado, a Comissão recomendou ao CONADE a orientá-lo a ingressar
992 com representação junto à Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e a Pessoa
993 com Deficiência do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro. Por maioria de
994 votos o relatório da Comissão de Atos Normativos foi aprovado. **Relatório da**
995 **Comissão de Comunicação**. O relator Roberto Paulo do Vale Tiné informou que
996 em votação para conduzir os trabalhos de coordenação da CPP, foi eleito. **Processo**
997 **CPP n. 02/09**. Cria Manual de Estilo para produção de mídias referentes à pessoa

998 com deficiência, histórias em quadrinho, folder, banner, cartilha, página da web,
999 vídeos e filmes. O relator informou que o processo estava com o ex-representante
1000 do conselho, Sr. Romeu Sasaki que em ocasião oportuna se comprometeu em
1001 enviar o texto a respeito do processo. a comissão achou por bem retirar o processo
1002 de pauta e reabri-lo quando tivesse em mãos o relatório do ex-conselheiro citado.
1003 **Processo CPP n. 05/09.** Verifica deliberações da II Conferência Nacional dos
1004 Direitos da Pessoa com Deficiência com relação aos seguintes eixos: Eixo
1005 reabilitação profissional, eixo trabalho e eixo saúde. Correspondência ao Ministério
1006 da Previdência Social que foi respondida e considerada de acordo. Para o Ministério
1007 do Trabalho envio de dois ofícios, um para a área de saúde do trabalhador e outro
1008 para a divisão de publicidade e promoção institucional que ainda não tinha resposta.
1009 A Comissão iria reiterar os ofícios e o processo seria analisado na próxima reunião
1010 Plenária. **Processo CPP n. 02/2010.** Plano Diretor da Campanha da Acessibilidade.
1011 Confecção de um plano de ação físico e financeiro envolvendo ações que a
1012 Campanha da Acessibilidade pretendia desenvolver em 2011 à luz do planejamento
1013 estratégico da Campanha da Acessibilidade para, em conjunto com a Comissão de
1014 Orçamento e Finanças ser elaborado ofício para a SNPD, solicitando que fosse
1015 inserida no Orçamento do CONADE verba específica para a Campanha de
1016 Acessibilidade em valor suficiente para cobrir os custos. **Processo CPP n. 02/2010.**
1017 Criação da Cartilha do Conselheiro do CONADE. Dado prazo até o dia 31 de janeiro
1018 de 2011 para manifestações e colaborações e não houve nenhuma sugestão do
1019 conselheiro, não teve nenhuma resposta. O documento foi aprovado na íntegra
1020 como foi apresentado aos conselheiros. Propõe encerramento do processo. em
1021 seguida o relator informou os processos que foram abertos: A) Análise do livro
1022 Legislação Brasileira sobre Pessoa Portadora de Deficiência, editado pela Câmara
1023 dos Deputados em 2010; B) Análise e verificação das publicações da Constituição
1024 Brasileira quanto à inclusão da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com
1025 Deficiência da ONU, como emenda constitucional. **Informes da Campanha da**
1026 **Acessibilidade.** O relator informou que em consonância com o Plano Diretor da
1027 Campanha da Acessibilidade aprovado na 69ª Reunião Ordinária do CONADE,
1028 realizada em 14 de julho de 2010, a campanha participou no Carnaval de Recife no
1029 Bloco Galo da Madrugada conforme relatório que estava anexo àquele relatório,
1030 enviado a todos conselheiros por e-mail em 21 de março de 2011. Colocado em
1031 votação o relatório da CPP foi aprovado por unanimidade. Em seguida o presidente
1032 Moisés Bauer Luiz propôs votação do nome do jogador Júlio César de Souza para
1033 Embaixador da Campanha da Acessibilidade, este foi aprovado por dez votos

1034 favoráveis, nove contrários e duas abstenções. A última deliberação proposta pelo
1035 presidente foi que o CONADE iria solicitar oficialmente a realização de uma Reunião
1036 Extraordinária no mês de maio, para planejamento estratégico, e havendo a negativa
1037 formal, por escrito, o próprio conhecimento aos conselheiros e fariam o planejamento
1038 estratégico da forma proposta pela Presidência Ampliada. **Encerramento.** Sem
1039 tempo para mais discussões o presidente Moisés Bauer Luiz encerrou a reunião.